



Jornalismo ambiental: quando a crise do meio ambiente entra em pauta¹

Michele Goulart Massuchin²

Universidade Estadual de Ponta grossa

Resumo

Este artigo é um recorte da pesquisa que está em andamento e que compõe o trabalho de conclusão de curso³. O texto é composto de uma análise bibliográfica e tem como objetivo discutir o jornalismo que se faz a respeito da crise ambiental, uma reflexão de como o jornalismo é capaz de contruir realidades a partir dos acontecimentos, além de uma discussão sobre jornalismo especializado, científico e ambiental. Acrescenta-se também uma explicação de como se dará continuidade a pesquisa, partindo para a análise do conteúdo do jornal Folha de São Paulo, para chegar ao resultado final que é verificar como o veículo abordou o tema de 1992 a 2008.

Palavras-chave

Meio Ambiente; Jornalismo; Folha de São Paulo, Cobertura Especializada.

Introdução

O jornalismo ambiental se desenvolveu com mais ênfase, substituindo outras prioridades na sociedade a partir do final do século XX (Schmidt, 2005), por isso do interesse em observar como a mídia abordou o tema. A partir das leituras realizadas é possível fazer uma discussão de como se dá a construção das notícias sobre o assunto, a partir das influências que permanecem entre o fato e a produção. Além disso, será discutido também como as rotinas produtivas e a influência dos interesses externos (como por exemplo, o interesse político e expresso na teoria da ação política e das teorias construcionistas) podem de fato influenciar no processo de produção das notícias, principalmente com a influência dos poderes dominantes, das fontes oficiais e dos fatores econômicos. Essas variáveis podem interferir nas pautas sobre o tema, na abordagem e nos critérios de noticiabilidade a serem utilizados pelos jornalistas. A partir do próximo tópico será apresentado um breve panorama da relação entre mídia e meio ambiente, além da abordagem que algumas discussões sobre as teorias e conceitos do jornalismo que embasam o trabalho.

¹ Trabalho apresentado ao Intercom Junior, na Divisão Temática de Jornalismo, do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul.

² Estudante de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: mimassuchin@hotmail.com.

³ O trabalho de Conclusão de curso é orientado pelo Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi.



1. Meio ambiente e mídia: um panorama dos problemas ambientais

Apesar de Schimidt (2005) destacar as décadas de 70 e 80 no surgimento preocupações relacionadas ao meio ambiente, autores como Arruda (2006, p.01), consideram as denúncias da norte-americana Rachel Carson sobre envenenamento por pesticidas nos EUA, em 1962 como o fato que alertou as discussões e preocupações sobre meio ambiente no mundo. Segundo Darangoski (2001, p.65) os problemas ambientais são frutos das modificações e degradações que foram acontecendo com o passar do tempo. As atividades econômicas são apontadas como sendo as principais causadoras da degradação ambiental, acelerando esse processo. O ambientalista Paul Hawken, citado por Arruda (2006,p.5) explica que a revolução industrial, surgida no final do século XVIII é a grande responsável pela degradação desenfreada da natureza. Para discutir a situação em que o mundo se encontrava, a Organização das Nações Unidas (ONU) já realizou três conferências mundiais: a primeira em Estocolmo, na Suécia, em 1972, a segunda no Rio de Janeiro em 1992 e a terceira em Johannesburgo, na África do Sul, em 2002.

Camargo, Capobianco e Oliveira citados por Arruda (2006, p. 9), defendem que a partir da ECO-92 houve uma maior conscientização dos empresários, resultando em parcerias de empresas com o governo e ambientalistas na tentativa de procurar uma solução para os problemas. E o que leva os empresários e até mesmo a população a tomar consciência de que seus atos podem prejudicar o meio ambiente é saber que mais cedo ou mais tarde isso vai voltar em forma de problemas para si mesmos.

Derenkoski (2001, p.51) aponta o dióxido de carbono, monóxido de carbono, dióxido de enxofre, óxido de nitrogênio, fosfatos, mercúrio, chumbo, petróleo, pesticidas e as radiações como os dez agentes considerados mais poluidores para o meio ambiente, que de alguma forma estão presentes no lixo doméstico e industrial. A agricultura também contribui para a poluição e devastação do meio ambiente. Segundo Kolling (2006, p.50) o processo de modernização da agricultura intensificou o processo de degradação ambiental.

Segundo Kolling (2006, p.51), os danos causados por atividades da zona rural mais graves são a poluição dos rios por produtos químicos e dejetos animais, o assoreamento dos rios devido à erosão, a poluição atmosférica causada pelas queimadas de canaviais e matas, a emissão dos gases que causam problemas a saúde e contribuem



com o efeito estufa, a redução da biodiversidade e a contaminação dos alimentos pelos agrotóxicos.

Villas Boas relata que no Brasil, o marco para os problemas ambientais foi o início da industrialização brasileira, datada de 1930, devido à implantação das grandes empresas, principalmente as automobilísticas. Com o crescimento da população urbana, agravaram-se os problemas, como é o caso do aumento do lixo, da poluição do ar, das águas e dos rios; do desmatamento; do efeito estufa, consumo exagerado, entre outros.

A partir de todos esses problemas, estudiosos, políticos e a própria população precisavam pensar alternativas para contornar a situação. Surgem então os projetos baseados no desenvolvimento e consumo sustentável, pensando na preservação e mudanças de hábitos para que as gerações futuras tenham acesso ao meio ambiente assim como as gerações passadas. Esse assunto será abordado no texto que vem a seguir.

2. Desenvolvimento e Consumo Sustentável

O surgimento e apropriação da expressão desenvolvimento sustentável é resultado das preocupações ambientais do final do século XX e visam apresentar à sociedade projetos que com a participação de todos, podem amenizar os problemas que atingem o meio ambiente. Para Abreu (2006, p.27), a origem do desenvolvimento sustentável está na Conferência de Estocolmo, quando surgiu o termo ecodesenvolvimento, com o intuito de expressar a necessidade de pensar estratégias ambientalmente adequadas para promover o desenvolvimento sócio econômico. A partir de 1980, passa a ser chamado de desenvolvimento sustentável. Ainda em 1987, foi definido como o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações satisfazerem as suas próprias necessidades.

O consumo insustentável que segundo Trigueiro (2005, p. 21), surgiu com o avanço tecnológico a partir da Revolução Industrial é responsável por diversos problemas ambientais. Segundo Campos (2006, p.85), é necessário educar para o consumo sustentável na tentativa de implantar a consciência ambiental na população.

Apesar de ser apenas um ideário, Campos (2006, p.97) descreve seis metas que envolvem o Desenvolvimento Sustentável. 1) Satisfação das necessidades básicas da população como alimentação, saúde e educação; 2) Solidariedade com as gerações futuras; 3) Participação da População na Agenda 21, exarada na Rio-Eco 92; 4)



Preservação dos recursos vitais com água e oxigênio; 5) Sistema social justo e 6) Efetivação de Programas educativos.

A partir de agora, as discussões vão fazer a relação entre todos esses temas discutidos até então, que fazem parte da realidade do meio ambiente hoje, e conseqüentemente estão presentes de alguma forma nos veículos de comunicação. A partir da discussão sobre a produção da notícia e as teorias do jornalismo, é possível perceber que as notícias sobre o tema meio ambiente não são tão simples, por envolver uma série de variáveis que influenciam no processo de produção.

3. A construção das notícias de meio ambiente

A compreensão da notícia como construção social da realidade surge basicamente entre o final dos anos 60 e início da década de 70 (GADINI, 2007, p.80). A notícia é o resultado da interação simultaneamente histórica e presente de força pessoal, social (organizacional e extra-organizacional), ideológica, cultural, do meio físico e dos dispositivos tecnológicos (SOUZA, 2002, p.99).

As teorias do Jornalismo norteiam essa pesquisa e podem ajudar a explicar a produção noticiosa do jornal sobre meio ambiente, pois a produção sobre este assunto envolve um grande número de fontes, desde empresas poluidoras a movimentos ambientalistas, sendo que nem todos têm o mesmo tipo de acesso aos meios de comunicação. A produção pode sofrer influência de fatores externos as redações, especialmente de outras instituições como é o caso das empresas que ao mesmo tempo em que fazem publicidade nos veículos, são geradoras de poluição ambiental, o que de alguma forma pode inibir a produção de notícias sobre o assunto para evitar atrito entre anunciantes e o veículo.

A mais antiga teoria que tenta explicar a produção jornalística baseia-se no jornalismo como espelho da realidade, ou seja, as notícias são assim por que a realidade as determina. Já na teoria conhecida como teoria do *gatekeeper*, as notícias são entendidas como resultado da interferência apenas de quem as produz, ou seja, dos jornalistas. Avançando um pouco mais nas teorias, surge a teoria organizacional, a qual tem como foco a importância de uma cultura organizacional ao invés de uma cultura profissional, como na teoria vista anterior a essa (TRAQUINA, 2005a, p.153). No caso da produção sobre meio ambiente, o tema é complexo para ser reduzido ao espelho da realidade observada pelo jornalista e para ser influenciado apenas pelos jornalistas. A



organização possui mais influência do que o jornalista sobre a produção. É a linha editorial do veículo, que vai dizer como abordar o assunto. Além do papel da organização que sofrendo pressões externas, pode influenciar o jornalista na utilização de uma ou outra fonte, um ou outro ponto de vista a ser abordado, etc. No caso do jornalismo ambiental, as influências organizacionais podem interferir no tipo de fonte escolhida (movimento ambientalista ou fontes oficiais do governo, por exemplo). Dependendo do relacionamento do veículo (no caso de patrocínio, apoio em eventos ou projetos) com as empresas produtoras de agrotóxicos, petrolíferas ou que emitem alto índice de gases prejudiciais, os pontos de vista podem ser diferente, pois o veículo vai evitar atritos e ser cauteloso na abordagem, diferente de um veículo que não tenha nenhum tipo de relacionamento com as empresas. É uma decisão da organização e não do jornalista.

Nas próximas teorias – da Ação Política e Construcionistas – observa-se a influência de fatores externos a organização jornalística no processo de produção da notícia. A teoria da Ação Política surgiu nos anos 60, em decorrência da necessidade de maiores investigações no processo de produção das notícias. Passa-se a entender o jornalismo a partir das suas implicações sociais e políticas. De uma forma de outra, na teoria da ação política os meios de comunicação são visto de forma instrumentalista, servindo aos interesses políticos (TRAQUINA, 2005a, p.163). A utilização em grande quantidade de fontes de institutos de pesquisas, governamentais e privados, pode ser um sinal de interesse político que promover os institutos e as empresas que investem em centros de pesquisa na tentativa de minimizar os olhares para os problemas ambientais que causam.

Nos estudos realizados surgiram conclusões opostas: os meios de comunicação como instrumentos que ajudam a manter o sistema capitalista (visão de esquerda) ou servem como instrumentos que põem em causa o capitalismo. Na visão de esquerda entende-se o jornalista como um mero executante a serviço do capitalismo, onde o fator econômico é determinante no processo de produção das notícias. As empresas de comunicação, inseridas numa visão capitalista, visam lucro, ou seja, o poder econômico está intrinsecamente relacionado com o processo de produção. Além disso, o peso dos anunciantes, segundo Souza (2002, p.61) também interfere na produção jornalística, assim como o poder político. No caso das notícias sobre meio ambiente, os anunciantes podem interferir na produção dos jornalistas reafirmando o que Souza coloca, quando o jornalista é “aconselhado” a fazer uma determinada abordagem para não denegrir a



imagem de um anunciante. Outro exemplo desse interesse político (mas, também econômico) é a divulgação de projetos, eventos e concursos, voltados aos acadêmicos de jornalismo para fazer trabalhos na área de jornalismo ambiental, sendo que os promovedores dessas atividades são empresas como a Monsanto, que é responsável pela produção de diversos agrotóxicos, porém com essas promoções “melhoram” a sua imagem.

No mesmo período em que surgiram as teorias da Ação Política, apareceram também estudos que defendem as notícias como construção (TRAQUINA, 2005a, p.168). Nesse contexto, defendendo a notícias como construção social surgem duas teorias - Estruturalista e Interacionista - que são complementares. Segundo Traquina (2005a, p.173), nessas teorias as notícias surgem em meio a um processo complexo que envolve diferentes pessoas: jornalistas, fontes de informação, sociedade profissional, sociedade, ou seja, tanto pessoas internas ou externa as redações.

A teoria estruturalista se aproxima da teoria da ação política, versão de esquerda, pois reconhece o papel da mídia na reprodução da “ideologia dominante”. Por questões de tempo, percebe-se que algumas fontes de informação detêm posições institucionalizadas privilegiadas. No caso do jornalismo ambiental, o centro de pesquisas governamental e privado pode ter prioridade na escolha por serem de fácil acesso. Na teoria estruturalista, são os definidores primários (fontes) que comandam a ação de produção da notícia e fazem com que os espaços das notícias sirvam para reproduzir a ideologia dominante. Em veículos mais conservadores, por exemplo, ONGs e outras instituições menores, dificilmente terão espaço, ao contrário das fontes oficiais do governo e empresas. Souza (2002, P.76) considera as rotinas produtivas, as fontes, os valores notícias e a estrutura organizacional como fatores que, combinados, mantêm um sistema de reprodução de ideologias dominantes.

Outra teoria que se assemelha à estruturalista e conceitua a notícia como construção é a teoria interacionista (TRAQUINA, 2005a, p.180). Agora, o que define as notícias é o fator tempo e para se enquadrar nesse tempo os jornalistas impõem estratégias. As fontes detêm poder sobre a produção (teoria estruturalista) e os jornalistas são meros instrumentos. Assim, os meios de comunicação estariam a serviço de uma ideologia hegemônica da sociedade. Esse conceito tem relação com a discussão deste trabalho, pois a partir do uso somente de fontes oficiais, empresas e governo, por exemplo, a notícia pode ficar tendenciosa, não apresentando todos os lados da história e



deixando oculto informações importantes que muitas vezes não são mencionadas pelas grandes empresas, centros de pesquisas particulares, etc.

Traquina (2005a, p 187) revela que o acesso das fontes aos meios de comunicação é essencial para a definição das notícias, pois nem todos possuem o mesmo tipo de acesso. Dentre eles destacam o acesso habitual, disruptivo e direto. Nesse caso o acesso habitual tem forte relação com a produção e com o sustentáculo das relações de poder. Nas matérias de jornalismo ambiental, as ONGS, por exemplo, não possuem esse espaço na mídia, ao contrário das empresas que já possuem relações com os veículos e tem assessoria, facilitando o contato, algo privilegiado pelos jornalistas, devido ao tempo de produção ser limitado.

Devido aos critérios de avaliação das fontes (autoridade, produtividade e credibilidade) estarem fortemente relacionados com as rotinas produtivas e as redes noticiosas, a fonte oficial acaba sempre sendo a mais procurada. E dessa forma, segundo Traquina (2005a, p.196) os jornalistas se tornam dependentes dos canais de rotina por necessitarem impor ordem no espaço e no tempo. O autor defende que a notícia é uma construção social da realidade que envolve, além do acontecimento, os constrangimentos organizacionais, os fatores econômicos, as rotinas produtivas, os valores notícias e as fontes.

Segundo Souza (2002, p.23) há os acontecimentos imprevistos, pseudo-acontecimentos, acontecimentos mediáticos, acontecimentos não categorizados e não acontecimentos. Essa categorização feita por Souza tem forte relação com a influência das fontes na produção. Os acontecimentos imprevistos se impõem à mídia, porém os acontecimentos previsíveis (eventos) são “impostos” à mídia ou até “impostos” pela mídia. Por exemplo, no meio ambiente os acontecimentos previstos são aqueles relacionados a eventos e datas comemorativas, como dia da árvore, dia do meio ambiente, etc., enquanto os imprevistos são aqueles não esperados como as queimadas, apreensões de animais silvestres, enchentes, acidentes ambientais, entre outros.

Dentro da agenda do Jornalista, segundo Denis McQuail, citado por Souza (2002, p.26), é possível diferenciar notícias programadas (serviço de agenda), não programadas (acontecimentos inesperados) e fora do programa (não precisam de difusão imediata, são atemporais). No caso do jornalismo ambiental considera-se notícias programadas, aquelas que pautam eventos sobre o tema, congressos, encontro de pesquisa, conferencias, etc. As não programadas geralmente são aquelas relacionadas a catástrofes naturais, queimadas, descobertas da ciência, etc. aquelas consideradas fora



do programa, são matérias que cotidianamente podem estar presentes nos veículos, mas que independem de uma acontecimento ou agenda. É o caso de matérias sobre reciclagem de lixo, formas de preservação ambiental, entre outras.

4. Especialização e Jornalismo Científico: áreas que norteiam a produção

Com o passar dos anos, além das mudanças ocorridas nas redações, como por exemplo, o aparecimento das inovações tecnológicas que auxiliaram a produção noticiosa, houve também uma modificação na relação do público com as informações que abriu novos leques para a produção informativa (ABIAHY, 200-, p.01). Trata-se da informação especializada e segmentada que busca profundidade e personalização para atender o público cada vez mais exigente.

Ferreira (2007) defende que o fato do jornalista cobrir rotineiramente um mesmo tema e adquirir certa habilidade, não significa que seja especialista. O cerne da especialização está no processo de contextualização, conexões e resgate do passado, interpretação do presente e a projeção para o futuro dos fenômenos abordados. O Autor defende que se deve trabalhar com o conceito de que existem vários jornalismo que atuam e cobrem áreas especializadas e não um jornalismo especializado. Com relação a uma publicação especializada, está deve garantir os princípios do jornalismo e, além disso, conhecer o público a que é destinada.

Segundo Trigueiro (2005, p. 01), não se deve exigir do jornalista a formação do especialista, pois na verdade o especialista é a fonte. “Ao jornalista cabe a função de identificar os assuntos que merecem visibilidade e, especificamente na área ambiental, traduzir os saberes da ciência de forma clara e objetiva” (2005, p. 01). No caso deste trabalho, a importância de discutir o jornalismo especializado está no fato da temática meio ambiente ser considerada um desmembramento do jornalismo especializado. O jornalista Roberto Villar (1997) é um dos defensores do jornalismo ambiental como uma especialização do jornalismo. Segundo Bachetta citado por Schmidt (2005, p.45) o jornalismo ambiental é considerado uma área bastante abrangente que envolve diversas instâncias do jornalismo, perpassando pelo jornalismo científico e diversas outras áreas do conhecimento.

A relação da imprensa e ciência não é algo que possui indícios de ter se iniciado ainda com o próprio desenvolvimento da imprensa de tipos móveis, em meados do século XV (OLIVEIRA, 2002, p.17) onde os europeus já possuíam conhecimentos



sobre o assunto. Oliveira (2002, p.31) afirma que a divulgação científica foi uma das primeiras formas de jornalismo especializado que chegou ao Brasil, influenciadas pelas grandes revoluções científicas na Europa e Estados Unidos.

No Brasil, a divulgação da ciência pelos veículos de comunicação se deu na década de 80, onde os jornais cederam espaço para editoriais e cadernos especializados no assunto, porém na década de 90, a autora afirma que devido ao baixo número de profissionais na área, houve uma retração nas empresas tradicionais de comunicação. O principal papel do jornalismo científico, como já foi colocado acima é levar à população aquilo que é de interesse público, produzido pelos cientistas. Segundo Oliveira (2002, p. 43) a escrita jornalística deve ser amena, coloquial, atrativa, objetiva e simples, pois ela é determinante para o sucesso ou fracasso da informação. Nas produções de notícias, por exemplo, é preciso evitar palavras de difícil compreensão, pois dificulta a entendimento do leitor, e com isso todo o papel educacional do jornalismo não tem utilidade.

Para Oliveira (2002, p. 43), a informação científica pode estar presente em qualquer editoria, pois ela é responsável em ajudar a entender os fenômenos sociais e a interpretar as causas e conseqüências dos fatos, independente do assunto. A relação entre jornalismo ambiental e jornalismo científico se sustenta já a partir dessa afirmação da autora. A autora acrescenta ainda que no caso do jornalismo científico é preciso tratar as questões ambientais no nível da universalidade, ou seja, tratar o problema local, mas tento em mente que ele está vinculado a contextos sociais, econômicos e políticos globais e se insere num leque de problemas semelhantes no mundo todo.

No caso das notícias de meio ambiente, eles geralmente tem grande impacto na sociedade quando bem escritas pelos jornalistas e possibilitando a interpretação por parte do leitor. Isso se dá pelo fato do tema incluir uma diversidade de subtemas que tem forte relação com o dia a dia da população, com é o caso da produção de alimentos orgânicos, lixo, aquecimento global, mudanças climáticas, poluição, entre outros. Após passarmos pelas diversas instancia do jornalismo que envolvem de alguma forma a produção de notícias sobre meio ambiente, trataremos a seguir especificamente sobre o jornalismo ambiental, desde o seu surgimento até as formas com que os profissionais trabalham com o assunto.

5. Jornalismo Ambiental



Na medida em que a sociedade discute temas, assuntos e acontecimentos, a mídia tende a acompanhar e pautar o que está acontecendo. Isso explica o porquê do tema meio ambiente ter ganhado espaço na mídia nos últimos anos. Alguns autores datam o jornalismo ambiental de pouco mais de 30 anos. O interesse dos veículos de comunicação surgiu a partir de 1970, com o trabalho dos movimentos ambientalistas no Brasil. “O jornalismo ambiental nasceu juntamente com os movimentos ambientalistas e os eventos promovidos pela Organização das Nações Unidas ao longo das últimas décadas” (SOUZA, 2005, p.33)

A partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, foi possível perceber de fato o aumento da cobertura da imprensa. Segundo Abreu (2006, p.63), os temas discutidos atualmente como, por exemplo, aquecimento global, desmatamento, contaminação das águas, poluição do ar, excessiva produção de resíduos e fontes renováveis de energia, só passaram a integrar o jornalismo ambiental a partir da Conferência de Estocolmo.

A partir da década de 90, a cobertura se deu a partir da inclusão de pautas “na medida em que apareceram os debates sobre transgênicos, biodiesel, biopirataria e aquecimento global” (BUENO, 2007). Além disso, tem se tratado com mais relevância os temas como a questão do lixo urbano, poluição, transgênicos, agrotóxicos, desmatamento, entre outros (BUENO, 2007). Castro (2004, p. 02) também explica o desenvolvimento do jornalismo ambiental nos últimos anos em função da inclusão da ecologia nas pautas dos veículos devido a maior preocupação da sociedade.

Apesar de passados 30 anos das primeiras matérias voltadas para o tema, considera-se que pouco se desenvolveu. As grandes críticas acontecem quando os jornais pautam apenas as catástrofes. “Retratam apenas as catástrofes ecológicas globais, que não tem como função promover debate e conscientização pelas causas da natureza, apenas apresentam a crise do meio vinculada com uma heurística do medo” (AGUIAR, 2005, p.01).

Villas boas (2004, p. 18) explica que o que predomina ainda hoje nos noticiários é a cobertura pontual, que se acentua em momentos de crise. O autor ressalta que a mídia nem sempre se pauta pelo debate público e prefere dar destaque as catástrofes, por meio das manchetes de terrorismo, ressaltando sob a face do medo e não da conscientização. A mídia apenas noticia matérias sobre meio ambiente ao invés de educar e transformar, que deveria ser o papel dos meios de comunicação, além do mero fato de informar a população.



Para Trigueiro (2005, p.290), o aquecimento global é uma das maiores tragédias ambientais no planeta, o que justificaria uma cobertura densa sobre o assunto, porém não é isso que a mídia retrata. Segundo Souza (2005, p.24), falta contextualização e isso é bastante expresso nos veículos quando as matérias focam apenas em um aspecto, sendo que há outros tão ou mais importantes que não foram abordados.

Santos, citado por Abreu (2006, p.67) explica que a mídia pode ter um discurso interessado quanto interesseiro ao falar de meio ambiente. Por meio da linguagem, pode fazer um discurso falso que impossibilita a população entender o assunto, porém ao mesmo tempo a mídia pode fazer um papel nobre deixando de expressar o senso comum, voltando-se para as necessidades da população e não do mercado.

Há também o caso de empresas que tentam divulgar suas ações na área ambiental como forma de minimizar as falhas. Mas, segundo o autor, é necessário saber escrever sobre as qualidades, sem omitir os erros e falhas das empresas. O autor também ressalta alguns instrumentos de “venda” das empresas, como é o caso dos selos e certificados ambientais utilizados para convencer o jornalista e também os consumidores, na tentativa de driblar os concorrentes.

Tosi e Villar (2001, p.01) explicam que no final do século mudou-se a forma de trabalhar o tema. Agora as notícias são diárias, mas de fatos desconexos. No início da década de 90, o que impulsionou a divulgação do tema foi a realização da Conferência das nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro. E no período de ressaca o tema apenas ganhava espaço quando acontecia um desastre.

O surgimento de novos canais de informação, como a internet, as rádios comunitárias, os jornais locais, por exemplo, proporcionam espaço para multiplicação de vozes sobre um mesmo assunto, aliados a militância dos movimentos, das ONGs e da maior discussão dentro das universidades (BUENO, 2007).

No caso do meio ambiente, autores defendem a mídia como educadora. Essa idéia surgiu já no início dos anos 80 quando foi por meio dela que a população passou a conhecer e ao mesmo tempo tentar corrigir os malefícios causados pelo próprio homem. Para Trigueiro (2005, p.292), o jornalismo ambiental deve perceber a realidade que nos cerca de um ângulo mais abrangente, enfatizando a qualidade de vida da população e de todo o planeta.

O papel da universidade também é fundamental para o desenvolvimento do jornalismo ambiental. Roberto Villar Belmonte, citado por Arruda (2006, 35) explica que ainda hoje as reportagens não partem de uma edição editorial, mas sim da



curiosidade dos jornalistas. Segundo ele, a falta de discussão sobre jornalismo ambiental nos cursos de Jornalismo pode ser um dos causadores do problema. Nesse processo de aprendizagem das universidades, Tosi e Villar sugerem aos estudantes conhecer a trajetória daqueles que já lidam com o assunto nas redações.

O jornalismo ambiental movimenta diversos setores da sociedade, mobiliza a população e os jornalistas e gera inúmeras discussões, até mesmo na própria área do jornalismo como defende Trigueiro (2005, p.300). Segundo o autor o jornalismo ambiental quebra o dogma da imparcialidade, tão discutido nos cursos de comunicação e nas próprias redações, a partir do momento que toma partido em favor da sustentabilidade, do consumo consciente e do uso correto de recursos da natureza.

Antes de finalizar, serão apresentados os próximos passos da pesquisa, como por exemplo, as justificativas na escolha do veículo a ser analisado, os métodos e técnicas que serão utilizadas, além de uma breve consideração sobre quais conceitos discutidos até o momento serão enfatizados na pesquisa.

6. Análise das notícias: veículo escolhido, método e técnicas

A discussão do trabalho empírico levou em consideração os estudos dos autores como Bauer (2002), Gakell(2002), Kientz (1973) e Fonseca (2008) que delimitam e embasam a metodologia. Já no início deste capítulo, já será esclarecido que o capítulo da monografia que aborda a pesquisa de campo ainda está no estágio inicial, o que significa que poucas coisas foram definidas. Sendo assim, aqui estão apresentados apenas aquilo que foi definido até o momento em que o artigo foi escrito.

No presente trabalho, o objetivo é analisar o Jornal Folha de São Paulo e sua abordagem sobre os assuntos relacionados ao meio ambiente. A pesquisa vai se dá partir da análise das edições para a verificação da existência ou não do tema e conseqüentemente da análise de conteúdo daquilo que for catalogado. A escolha do veículo se deu pela a área de circulação e o porte. A Folha é considerada um jornal de abrangência nacional, dessa forma apresenta sempre um panorama dos fatos mais importantes de todo o país, diferente de um veículo menor, que restringe sua apuração no estado ou na região, trabalhando mais um jornalismo regional. O jornal é considerado de maior circulação no país, segundo dados do Instituto de Verificação de circulação (IVC).



O método escolhido é a análise de conteúdo e se justifica pelo fato da pesquisa abordar apenas aquilo que está exposto nos jornal, atendo a atenção para as matérias de meio ambiente. Foi delimitado como sendo o corpus da pesquisa, as matérias sobre meio ambiente que serão observadas nas edições recolhidas a partir da amostragem.

Como essa pesquisa se estende das edições do ano de 1992 até 2008, isso impossibilita a utilização de todas as edições para a análise. O jornal é diário e o número de edições é demasiadamente grande, impossibilitando a pesquisa no tempo designado, será feito uma coleta por amostragem. Será utilizada a amostra por semana composta não-probabilística, totalizando em torno de 1900 edições do período. O período escolhido justifica-se pelo fato de que a partir da ECO- 92, os veículos e comunicação passaram a pautar e dar mais ênfase ao assunto.

7. Considerações finais

A partir da revisão bibliográfica, é possível reunir os conceitos, variáveis e objetivos que vão fazer parte da próxima etapa do trabalho de pesquisa. Foi possível perceber o quanto o meio ambiente, especialmente a crise ambiental ganhou destaque nos últimos anos. Nesse contexto, o trabalho pretende a partir da análise, verificar se esse destaque também está presente nos meios de comunicação, mais especificamente no Jornal Folha de São Paulo e quais os temas mais abordados. Por meio da revisão bibliográfica e também das leituras dos documentos resultantes dos três eventos realizados pela ONU, será possível delimitar o que será considerado jornalismo ambiental, já que o veículo não possui uma editoria especial para o assunto.

A partir das teorias do jornalismo, mais especificamente a teoria da ação política e as teorias construcionista, e os estudos sobre rotinas produtivas, será possível observar como elas estão presentes e influenciam na produção jornalística sobre este tema. Além disso, o trabalho procura analisar de que forma o jornal trata os assuntos, levando em consideração a origem e número de fontes, espaço utilizado, a presença de foto, tipo de matéria (nota, reportagem), destaque na primeira página, entre outros aspectos que ainda serão definidos para serem acrescentados na pesquisa. A partir dos resultados obtidos com o trabalho empírico e da revisão bibliográfica, será possível interpretar os dados para formular os resultados que concluem a pesquisa.



8. Referências bibliográficas

ABIAHY, Ana Carolina de Araújo. **O jornalismo especializado na sociedade da informação.** Disponível em: www.bocc.ubi.pt/pag/abiahya-ana-jornalismo-especializado.pdf. Acesso em: 20 de setembro de 2008.

AGUIAR, Leonel Azevedo de. **Representações da crise do meio ambiente no jornalismo científico.** Disponível em: www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0338-1.pdf. Acesso em: 20 de setembro de 2008.

ARRUDA, Denise Juliani De. **Imprensa E Meio Ambiente: As Mudanças Na Cobertura Jornalística Entre A Rio-92 E A Rio+10 – O Caso DaGazeta Mercantil.** Disponível em: poseca.incubadora.fapesp.br/portal/comunicacao/outros-ccom/dados/2006/orientador/r/. Acesso em: 20 de setembro de 2008.

BAUER, Martin. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Petrópolis: Rio de Janeiro

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Ambiental: navegando por um conceito e por uma prática.** Disponível em: www.ecoviagem.com.br/fique.../jornalismo-ambiental-navegando-por-um-conceito-e-por-uma-pratica. Acesso em: 20 de setembro de 2008.

CAMPOS, Pedro Celso. **Jornalismo Ambiental e Consumo sustentável.** Disponível em: www.bocc.ubi.pt/pag/campos-pedro-jornalismo-ambiental.pdf. Acesso em: 04 de março de 2009.

CASTRO, Camila Carolina de. **Jornalismo ambiental: Como O Jornal Correio Centro Oeste Trata As Questões Ambientais.** Disponível em: www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd3/jornal/camilacarolinadecastro.doc. Acesso em: 20 de setembro de 2008.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. **Meio ambiente: Sua história.** Florianópolis: Insular, 2001.

FERREIRA, Ricardo Alexino. **Jornalismo Segmentado (Especializado-Científico): análise crítica, estudo de casos e a construção de novos paradigmas e de um novo currículo disciplinar.** Disponível em: www.fnpij.org.br/soac/ocs/viewpaper.php?id=172&cf=7 Acesso em: 20 de abril de 2009.

GADINI, Sergio. **Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade.** Disponível em: http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/33/sergio_gadini.pdf

KIENTZ, Albert. **Comunicação de Massa: análise de conteúdo.** Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.



KOLLINNG, Patrícia. **A recepção das informações jornalísticas ambientais do Programa Globo rural**. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8533>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2009.

OLIVEIRA, Fabíola de. **Jornalismo Científico**. São Paulo: contexto, 2002.

SOUZA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Florianópolis: Argos, 2002.

SCHIMIDT, Simone. **Páginas verdes – A presença da emoção no Jornalismo Especializado em Meio Ambiente: Uma análise da seção de entrevistas pingue-pongue da revista Ecologia & Desenvolvimento**. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7772/000556583.pdf?sequence=1. Acesso em: 20 de setembro de 2008.

TOSI, Juarez e VILLAR, Roberto. **Jornalismo Ambiental: onde estão as faculdades de comunicação?** Disponível em: www.portoalegre.rs.gov.br/ecos/revistas/ecos19/opiframe.htm. Acesso em: 20 de setembro de 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Vol I. Florianópolis: Insular, 2004.

TRIGUEIRO, André. **Mundo Sustentável**. São Paulo: globo, 2005.

VILAS BOAS, Sergio. **Formação & Informação Ambiental**. São Paulo: Summus, 2004

VILLAR, Roberto. **Jornalismo Ambiental - Evolução e Perspectivas**. Disponível em: www.agirazul.com.br/artigos/jorental.htm. Acesso em: 20 de setembro de 2008.